O JORNAL DE TODOS OS ACREANOS
A TRIBUNA
Visite www.atribuna.com — e-mail-jornalatribunac@gmail.com
R$ 2,50 | Rio Branco, quarta-feira, 1º de setembro de 2021 | Ano XXII - Número 7.256

GÁS E ENERGIA FICAM MAIS CAROS

Governo federal cria nova bandeira tarifária e conta de luz vai aumentar 6,78%

Governador Gladson Cameli anunciou pagamento durante encontro com auditores

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) anunciou nesta terça-feira (31) a criação de uma nova bandeira tarifária para fazer frente ao aumento dos custos decorrente do agravamento da crise hídrica. A partir de hoje o preço do botijão de gás terá um novo reajuste de aproximadamente 7%. Páginas 5 e 7

Governo começa o pagamento de retroativos a auditores da Fazenda nesta sexta

O governador Gladson Cameli anunciou para a próxima sexta-feira, 3, o pagamento dos recursos retroativos do salário de parte dos auditores fiscais estaduais, da Secretaria de Estado de Fazenda do Acre (Sefaz). O comunicado foi feito nesta terça-feira, 31, na Casa Civil, em encontro do governador com representantes do Sindicato dos Auditores Fiscais do Estado do Acre, o Sindifisco, do qual participaram também o secretário de Fazenda, Rômulo Grandidier e o secretário-adjunto da Receita Estadual, Breno Caetano. Página 5

Seca reflete na queda da produção da bacia leiteira no Estado

A seca que castiga a região já reflete na falta do leite pasteurizado de cada dia nas padarias e mercearias de Rio Branco. Os consumidores não encontram mais o queijo mussarela, minas frescal e queijo coalho nas prateleiras das redes de supermercados dos laticínios locais. "Tivemos de reduzir a produção em 50% por falta de leite natura", lamentou o empresário Marcelo Nobre, proprietário do laticínio Buriti. Página 8

Desemprego tem pequena queda no Acre

Resultado é da pesquisa PNAD mensal consolidada entre os meses de abril e junho deste ano e mostra ligeira queda em relação aos meses de janeiro a março, quando chegou a 16,8%. No Brasil, a taxa média é de 14,1%. Página 3

Prefeito Bocalom comemorou decisão de vereadores

Prefeitura decreta emergência hídrica e socorre a zona rural

Com a medida, poderá realizar ações no meio rural de apoio a quem enfrenta dificuldades na produção e agilizar Defesa Civil para abastecimento emergencial com carros-pipa onde for necessário, em bairros e em comunidades rurais. O decreto vale por 90 dias. Página 8

Seca já afeta as comunidades rurais de Rio Branco

Bocalom se livra do processo de impeachment com 14 votos, mas MP recomenda afastamento de secretário

Só dois vereadores, Emerson Jarude e Michele Melo votaram pela instauração de processo de impeachment. Com 14 votos, o prefeito de livrou. Ministério Público recomendou afastamento por 60 dias de secretário Frank Lima e de mais dois servidores por pressão sobre testemunhas. Página 8

Salário mínimo deve ser de R$ 1.169; segundo orçamento do governo

A alta da inflação nos últimos meses fez o governo elevar a previsão para o salário mínimo no próximo ano. O projeto da lei orçamentária de 2022, enviado hoje (31) ao Congresso Nacional, prevê salário mínimo de R$ 1.169, R$ 22 mais alto que o valor de R$ 1.147 aprovado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Página 5

Artigo
Quem tem medo de Lula?

***Rogério Cezar de Cerqueira Leite**

São três grandes figuras do empresariado nacional e uma louvável preocupação com o futuro do país; isto é inegável ("Nem Bolsonaro, nem Lula"; Horácio Lafer Piva, Pedro Pedro Wongtschowski e Pedro Passos - O Estado de S. Paulo, 13/8). Três mosqueteiros em busca do Santo Graal! Perdoem-me o anacronismo. Já pensaram que haviam encontrado em Luciano Huck o salvador da pátria, imaginem só. O que seria do Brasil tornado em espetáculo circense de demagogia barata? Qualquer coisa para derrotar Lula. E, com isso, acompanham as "viúvas do PSDB".

Disseram que Lula é ignorante. Mas foi ele que criou 17 universidades, com 31 campi. Será que foi por ignorância que percebeu o quanto é importante para a juventude brasileira ver seu sonho de ascensão social realizado? Será a criação de universidades consequência da ignorância? E, no entanto, dizem que Lula é um ignorante.

Dizem que Lula nunca leu Shakespeare, que não é letrado. Ora, não foi Lula o presidente que mais atenção deu ao ensino médio? Quem mais escolas criou? Seria esta a iniciativa de quem não preza a educação?

Dizem que Lula foi maléfico para a indústria. Mas quem foi que revitalizou a indústria naval, a de bens de capital e até a de informática? Nunca, a não ser durante a administração Ernesto Geisel, teve a indústria brasileira tanto apoio. É isso desapreço pela indústria? E, no entanto, os empresários o acusam de atrasado.

Dizem: Lula não fala inglês, nem francês, nem sequer espanhol. Portanto não pode entender os negócios estrangeiros. Ué, pois não foi durante a sua Presidência, independente, autônoma, que teve o Brasil e sua política externa o maior prestígio internacional à nossa eficiência? Será que querem o entreguismo, o servilismo de FHC de volta? Sim, Lula não fala inglês, como dizem eles, mas é mais sagaz e mais astuto que qualquer outro estadista brasileiro do PSDB.

Lula é um imediatista, não pensa no futuro. Ora, foi durante sua administração que o orçamento da Ciência e Tecnologia mais que dobrou.

Falam eles da desigualdade. Mas não foi Lula que tirou 30 milhões de brasileiros da pobreza? Não foi ele que aumentou o salário mínimo, duplicando-o? Mas eles dizem que Lula não ajudou os pobres.

Condenam Lula, junto com Bolsonaro, por atacar as instituições. Mas ninguém respeitou mais o Congresso, o STF, as Forças Armadas. Não há ignomínia maior do que colocar Lula e Bolsonaro no mesmo saco.

Justamente esses empresários foram cujas empresas mais se beneficiaram durante a administração Lula. Ou não foram?

Sim, pela governabilidade, Lula cedeu por vezes a pressões do centrão. Mas que presidente não cedeu? Só Dilma, e viram o que aconteceu!

Então, por que têm medo de Lula? Por que comparam o mais bem-sucedido presidente do Brasil no período pós-ditadura ao facínora que está hoje no poder? Será saudosismo pelo defunto PSDB, o partido das elites? Não pode ser só isso. Talvez seja um impulso, primeiro, biológico. Rockefellers jogam golfe com Gettys e não com seus garçons. "Eles não são dos nossos." "Um operário é um operário." "Somos uma casta superior, nós, da elite." Como pode um operário presidir o Brasil? Dando ordens a nós, da elite? Eis a questão.

***Rogério Cezar de Cerqueira Leite Físico, professor emérito da Unicamp, membro do Conselho Editorial da Folha e presidente de honra do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM)**

A TRIBUNA
SERVIÇOS EDITORIAIS A TRIBUNA LTDA, com sede na Avenida Ceará, nº 3357 - loja "2" - Telefone 3226-2626 - Jardim Nazle - ao lado da Central Globo - CEP: 69918-108 - CGC: 84.321.900/001-20 - Insc. Estadual 01.001.619/001-40
DIRETOR-GERAL: Ely Assem de Carvalho — DIAGRAMAÇÃO: Márcio Ferreira — REDAÇÃO: Cezar Negreiros — FOTOGRAFIA — REVISÃO
Assinatura Semestral: R$ 350,00 — Assinatura Anual: R$ 700,00
TABELA DE PREÇOS DE PUBLICAÇÕES - JORNAL IMPRESSO
* Artigos e matérias assinados não são de responsabilidade do jornal nem correspondem, necessariamente, a sua opinião

Escapou
Como previsto, depois de alguns discursos incisivos para marcar posição, com as devidas desculpas e vênias, por 14 votos contra dois, a Câmara Municipal arquivou denúncia que pedia o impeachment do prefeito Tião Bocalom. Os vereadores consideram que oito meses era um prazo muito curto para tirar o mandato de Bocalom, embora as críticas a ele tivessem sido fortes.

Contra
Como votos a favor do processo, ficaram isolados Michele Melo e Emerson Jarude, que estavam certos da derrota, mas jogaram para se firmar politicamente para as eleições do próximo ano, quando os dois são candidatos a cargos mais altos.

Recomendação
Apesar do resultado, especialmente o secretário Frank Lima, que se agarra ao cargo com o ímpeto de sobrevivência, corre risco de ser defenestrado. Seu afastamento formal, por pelo menos 60 dias foi pedido pelo Ministério Público. Não só pelas denúncias, mas porque o secretário e mais dois servidores estão apontados por tentar prejudicar as investigações, inclusive coagindo supostas testemunhas.

Tempo
O prefeito Bocalom pediu três dias de prazo para decidir se vai afastar Frank Lima, esperando, com certeza, acabar o mês. Será uma afronta ao MP se não atender ao pedido.

Boatos
Depois da votação, a Capital foi inundada de boatos, alguns bem específicos, com nomes, cifras e promessas. Em comum apontavam que, apesar da escassez hídrica, as torneiras foram acionadas na prefeitura. Será?

Software
O governo do Estado contratou o uso do que é considerado o mais moderno software de gestão de projetos disponível. Com ele, será possível coordenar todas as ações de governo. Só a Seinfra toca 104 obras entre médias e grandes até dezembro.

Medição
O novo software, contratado junto à empresa Softplan vai permitir que o Estado possa completar os procedimentos burocráticos relativos às medições de obras em 48 horas para efetuar o pagamento às empresas, agilizando o processo e apressando os trabalhos.

Ação
É mais uma ação administrativa e gerencial do governo do Estado, com a coordenação do secretário da Seinfra, Cirleudo Alencar, que está com equipe afiada e comprometida com as metas do governador Gladson Cameli.

Concurso
Pela primeira vez, o governo do Estado vai promover um concurso público de vulto para ampliar e qualificar o corpo funcional do ISE – Instituto Sócio Educativo. Um setor que merece suprema atenção, porque trata de jovens que estão em conflito com a lei e que podem e devem ser recuperados para o convívio social.

Lá e cá
O governador do Amazonas, Wilson Lima está fechando com a CBF a realização do jogo Brasil X Uruguai em outubro, naquela capital, no moderno e pouco utilizado estádio. O governador garantiu que todas as medidas sanitárias serão tomadas e que a situação é de otimismo com a Covid em Manaus, que já foi o epicentro da doença no país. Tomara que fique assim até lá e depois.

Doença
Mas outro problema começa a assustar Manaus e serve de alerta para o Acre. Trata-se da doença da urina preta, que leva à morte por falência hepática e renal. A doença é transmitida por certas espécies de peixes contaminados e um dos principais vetores é o tambaqui, entre os peixes de água doce. Pelo menos 30 casos foram identificados na capital amazonense. O Acre, que é grande consumidor e produtor de tambaquis precisa tomar cuidado.

Atacadista
Uma das maiores redes atacadistas de alimentos do país, a Assaí, vai se instalar no Acre. Presente em grande parte do país, a rede é tão forte que é a patrocinadora oficial do Campeonato Brasileiro da Série A, chamada de Copa Assaí. No Acre, vai gerar, de início, 300 empregos. Os atacadistas em ação no Estado que se cuidem, que a concorrência será grande.

Emergência
Finalmente, a prefeitura decretou estado de emergência hídrica na Capital. Com isso, produtores rurais que tiverem prejuízos e problemas com seus financiamentos poderão ser cobertos por seguro e receber tratamento especial dos órgãos públicos.

Abastecimento
A prefeitura também está montando, por meio da Defesa Civil, um esquema de abastecimento de carros pipas para comunidades rurais e bairros da Capital, quando houver necessidade. A situação do rio Acre apresentou ligeira melhora com as recentes chuvas, mas a perspectiva é ruim.

Sudam
A superintendente da Sudam, Louise Caroline Campos Löw deve vir ao Acre com toda sua equipe para promover o que tem chamado de Diálogo para a Amazônia legal, debatendo financiamentos, uso do FNO e intervenção da Sudam no desenvolvimento regional. Tomara que não fique só nas duas ou três empresas de sempre e que só sobre migalhas para o Acre.

Desemprego
O Acre tem uma média superior à nacional em índice de desemprego, com 15,9% enquanto o Brasil alcançou 14,1% com dados do PNAD. O subemprego e os desalentados também estão em um nível alto e preocupante, como em todo o país.

Gás
O governador de Rondônia, Marcos Rocha, mandou aviso ao Confaz que o Estado vai zerar o ICMS do gás de cozinha, de acordo com o que propõe o governo federal. Pouco vai adiantar porque amanhã já está previsto novo aumento do gás e da gasolina, para variar.

Exemplo
O deputado Edvaldo Magalhães considera Mâncio Lima um exemplo de agricultura familiar bem sucedida. Especialmente a experiência do Sítio Nova Vida, que exporta semanalmente para a rede de supermercados Arasuper entre 8 e 10 toneladas de mamão. O deputado conta a visita que fez com a deputada Perpétua Almeida e Eriton Maia em que constatou, além do cultivo do mamão, o plantio de maracujá e um novo investimento em morango. Boas notícias

Ligado
A Assembleia Legislativa está adiando a votação do projeto da compra dos computadores pelos professores, que depende da votação de outra questão polêmica: a do Igesac. Pena. Os professores têm pressa para comprar o equipamento antes do início das aulas. Uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa.

Desemprego no Acre chega a 15,9% aponta pesquisa do IBGE

Cezar Negreiros

Acre aponta números superiores à média brasileira

A taxa de desocupação registrada no trimestre de abril a junho deste ano no estado ficou em torno de (15,9%), segundo dados da Pnad Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O percentual caiu um pouco em comparação ao trimestre anterior correspondente ao período de janeiro a março que fechou com 16,8%, mas mostrou alta de 1,7 pontos percentual em relação ao mesmo trimestre do ano passado que contabilizou 14,2%.

O Acre ainda aponta números superiores à média brasileira, que mostrou leve declínio, apontado 14.1% queda de om4% em relação ao mês anterior.

A população desocupada beirou a casa das 62 mil pessoas no estado, enquanto no trimestre anterior fechou com 61 mil pessoas. No mesmo período do ano anterior contabilizava 48 mil pessoas, uma alta de 29,1% (14 mil pessoas a mais). A população ocupada chegou 325 mil pessoas, um aumento de 7,9% (24 mil pessoas a mais) em relação ao trimestre anterior e um acréscimo de 12,0% frente ao mesmo trimestre do ano anterior (35 mil pessoas).

O nível da ocupação (percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar) chegou a 46,4%, subindo 2,6 pontos percentuais frente ao trimestre anterior (43,8%) e avançando 2,9 p.p. em relação a igual trimestre do ano anterior (43,5%).

A população subutilizada chegou a 173 mil pessoas. Os dados ficaram estáveis frente ao trimestre anterior, que apontou 171 mil pessoas e cresceu 29,7% (39 mil pessoas) em relação a igual trimestre de 2020. A população fora da força de trabalho (314 mil pessoas) caiu 3,8% (12 mil pessoas) ante o trimestre anterior, e queda 4,4% (14 mil de pessoas) frente a igual trimestre de 2020.

Desalentados - A população desalentada foi de 45 mil pessoas, havendo queda de 16,8% (9 mil pessoas) em relação ao trimestre anterior e 2,2% abaixo do observado no mesmo período de 2020. O percentual de desalentados na força de trabalho foi de 10,4%, queda de 20% frente ao trimestre móvel anterior e perda de 1,6 p.p. ante o mesmo período de 2020 (13,3%). O percentual de empregados com carteira de trabalho assinada chegou a 63,1% no setor privado (exclusive trabalhadores domésticos), ou 65 mil pessoas, com queda de 7,2% (5 mil pessoas) frente ao trimestre anterior e acréscimo de 5,3% frente ao mesmo período de 2020. (Com informações da Assessoria do IBGE/Acre)

Acre recebe mais 23,7 mil doses de vacina contra a Covid-19 nesta terça-feira

O governo do Acre, por meio da Secretaria de Saúde (Sesacre), recebeu do Ministério da Saúde (MS) nesta terça-feira, 31, novos lotes de vacina contra a Covid-19, sendo 23.750 doses da Fiocruz/AstraZeneca para dar continuidade ao processo de imunização dos acreanos.

Esta é a 44ª pauta de distribuição de vacina contra a Covid-19 enviadas ao Acre, com destinação para segunda dose. Ao todo, o Acre já recebeu 913.010 mil doses dos imunizantes utilizados pelo Ministério da Saúde e que fazem parte do Plano Nacional de Imunização.

"Os lotes são destinados ao público em geral e logo estarão em todos os municípios do estado para fortalecer a campanha de vacinação contra essa doença", destaca a chefe do Programa Nacional de Imunização (PNI) no Acre, Renata Quiles.

Após a chegada dos imunizantes, o governo do Estado se torna responsável pela distribuição imediata aos 22 municípios, que executam o cronograma de vacinação. A logística de entrega desenvolve-se com o auxílio das demais instituições, como a Segurança Pública, para que os imunizantes cheguem de forma célere e segura às localidades mais isoladas.

Ainda, o governo do Acre, por meio das equipes de imunização do Estado, está desenvolvendo nos municípios a ação intitulada Caravana da Vacinação, que tem como objetivo auxiliar as secretarias municipais de Saúde a atingir maior número de cidadãos. Além disso, a vacina contra a Covid-19 também é aplicada em ações do programa Saúde Itinerante, para que o quanto antes seja alcançada a imunidade de rebanho.

Governo começa o pagamento de retroativos

O governador Gladson Cameli anunciou para a próxima sexta-feira, 3, o pagamento dos recursos retroativos do salário de parte dos auditores fiscais estaduais, da Secretaria de Estado de Fazenda do Acre (Sefaz). O comunicado foi feito nesta terça-feira, 31, na Casa Civil, em encontro do governador com representantes do Sindicato dos Auditores Fiscais do Estado do Acre, o Sindifisco, do qual participaram também o secretário de Fazenda, Rômulo Grandidier e o secretário-adjunto da Receita Estadual, Breno Caetano.

Hoje, a Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) tem 92 auditores fiscais estaduais e 12 auditores da Receita Estadual categoria 2. Mas neste momento, 69 receberão esses recursos. Os demais vão ser contemplados em um próximo lote, tão logo seja feito o lançamento pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

"Conseguimos nos organizar para pagarmos no próximo dia 3, e será sempre assim, com esse espírito de valorização dos nossos servidores, que continuaremos trabalhando. Eu não posso cobrar eficiência [do funcionalismo público] se não valorizar a casa", afirmou Cameli, após receber uma homenagem da categoria dos auditores, que incluiu agendas, uma cesta de doces e o livro 'Poder Econômico e a Livre Concorrência', do economista Rodrigo Carneiro.

Segundo explica Leyla Alves, diretora do Sindifisco, os recursos são relativos a promoções, progressões salariais, adicionais de titulação e abono de permanência.

"Vivemos expressar a nossa gratidão pelo governador e dizer da satisfação de termos um secretário de Fazenda dinâmico e eu trabalha em consonância com seus servidores. A classe de auditores agradece a valorização que a administração Gladson Cameli está proporcionando", pontuou Leyla Alves.

Conforme o Sindifisco, ao menos 30 auditores estão prestes a se aposentar e esse número poderá impactar diretamente na eficiência dos serviços da Sefaz a longo prazo, exigindo que se planeja no médio prazo novo concurso público. Neste sentido, o governador garantiu que a Procuradoria Geral do Estado do Acre vai auxiliar na viabilidade de um novo certame.

Acre quer ser protagonista da reforma da LRF em Brasília

Uma série de pontos compôs a agenda do Sindifisco com o governador Gladson Cameli. Entre elas, a viabilização da Lei Orgânica dos auditores fiscais no Acre, que concede direitos, deveres e obrigações à categoria; novo concurso público e otimização da jornada de trabalho.

Mas um dos temas que mereceu destaque é a vontade dos auditores fiscais do Acre, puxados pelo sindicato, de levantar o debate para mudar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no Congresso Nacional.

Atualmente, a LRF impõe o limite de 49% como teto máximo para gastos com pessoal nos estados. Essa condição faz com que o Acre permaneça no limite dos gastos com contratações no funcionalismo público, a toda hora.

"Pode ser audacioso de nossa parte, mas entendo que, com o auxílio de nossos parlamentares acreanos em Brasília poderemos levar essa agenda ao Congresso, que por sua vez, poderá ganhar corpo em todo o país: a reforma na LRF para destravar o serviço público", destacou Nicolas Aurélio, presidente do Sindifisco. O diretor de administração tributária, Clóvis Monteiro, também participou do encontro.

Plenário aprova instalação de CEI para apurar irregularidades no transporte

Cezar Negreiros

Vereadora Michele Melo destaca cinco pontos de investigação

Vereadores da capital aprovam pedido de instalação da Comissão Especial de Inquérito (CEI) para apurar irregularidades no sistema de transporte coletivo. Os partidos com assento na Casa têm um prazo para indicar nomes dos membros da Comissão Especial que tem a missão de escolher o presidente e o relator da CEI. A expectativa da sociedade riobranquense que os ex-prefeitos Isnard Leite, Raimundo Angelim, Marcus Alexandre Médice, a ex-prefeita Socorro Neri e o atual, prefeito Tião Bocalom sejam convocados para prestarem esclarecimentos das supostas irregularidades que tenham sido cometidas nas últimas duas décadas.

A vereadora pedetista, Michelle Melo (PDT), elegeu cinco pontos para serem investigados pelos pares. O primeiro das razões que motivaram elevação do preço das tarifas e os custos dos transportes coletivos urbanos, segundo a condução do contrato de concessão com as atuais empresas prestadoras de serviços nos bairros da capital, a legalidade e eficácia dos atos de definições tarifárias e dos subsídios públicos (tributos e tarifários) as três empresas concessionárias, quarto ponto o que motivou a diminuição da frota durante a pandemia sem explicações concretas aos rio-branquenses e o quinto ponto as condições precárias dos trabalhadores do transporte público, com salários atrasados e encargos sonegados.

As três empresas do setor contam com quase 740 trabalhadores, sendo 600 motoristas, que por uma dupla jornada de trabalho, eles recebem um salário base de R$ 2.779,00. Sendo uma renda bruta de R$ 2.294,00, mais um adicional de R$ 485,00 por fazer a tarefa do cobrador. Os empresários convocados serão obrigados a prestarem esclarecimentos das regras obscuras que pautaram a celebração destes contratos de permissionários ao longo de quase duas décadas.

As empresas concessionárias tinham autonomia para majorar o preço das passagens de ônibus a cada 12 meses, os motivos que levaram o perdão das dívidas tributárias e que os gestores municipais levaram por "fora" para perdoarem as supostas falcatruas contra a economia popular. Os vereadores que homologaram apoio a CPI do Transporte Coletivo foram: Fábio Araújo (PDT), Joaquim Florêncio (PDT), Adailton Cruz (PSB), Emerson Jarude (MDB), Francisco Piaba (DEM), Ismael Machado (PSDB), Hildegard Pascoal (PSL) e Lene Petecão (PSD).

Educação realiza formação para professores da zona rural

Coordenador da Educação no Campo, Sebastião Flores

A Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Acre (SEE), por meio do Departamento de Ensino do Campo, realiza formação para professores da zona rural dentro do programa Caminhos da Educação do Campo, Ciclos de Aprendizagem. A formação acontece nesta terça-feira, 31, nos auditórios do Tribunal de Justiça (TJ) e da Secretaria da Fazenda (Sefaz), ambos em Rio Branco.

Dentro do eixo ciclos de aprendizagem, a formação se dirige a coordenadores de ensino e assessores pedagógicos dos núcleos da SEE nos municípios. Já no auditório do antigo Sebrae, também no centro da cidade, acontece ainda nesta terça-feira, a formação, dentro do programa, para os coordenadores municipais do eixo Primeira Infância.

Na quinta e sexta-feira, 2 e 3, a formação do programa Caminhos da Educação do Campo será realizada na Escola José Ribamar Batista (Ejorb) para as equipes gestoras e para os professores.

De acordo com o chefe do Departamento de Educação do Campo, Sebastião Flores, as formações são determinação do governador Gladson Cameli e da secretária Socorro Neri (SEE). "Estamos fazendo esses encontros para que todos possam ter a mesma leitura, a mesma linguagem, da nova metodologia de ensino no campo", afirmou.

As formações, aliás, alcançam gestores e professores das escolas de difícil e de dificílimo acesso. "Estamos levando o conhecimento para os professores que estão lá na ponta, naqueles locais mais longínquos do estado, para que eles possam também passar por essa reciclagem", destacou o chefe do departamento.

Encontros e formações online têm sido dirigidos para esses professores, mas esse é o primeiro encontro presencial com os gestores e com os assessores pedagógicos. Entre os que participaram do encontro está a professora Neiva Souza, coordenadora de ensino do núcleo da SEE de Senador Guiomard.

"Esse programa foi implantado em 2020 e nós não tínhamos tido nenhum momento presencial para tratar do programa especificamente, tirar as dúvidas, porque somente por web, como a gente estava realizando, não foi suficiente", disse Neiva.

Escola de Gastronomia realiza abertura de Festival Enchefs do Acre

Com o objetivo de promover o turismo gastronômico no Acre, a Escola de Gastronomia e Hospitalidade Miriam Assis Felício está sediando o "Festival Enchefs do Acre: Saberes e Sabores. A abertura do festival ocorreu na tarde desta terça-feira, 31, na sede da Escola, no bairro Cidade do Povo.

A abertura contou com a presença dos chefs embaixadores do festival, Thalita Figueiredo e Deocleciano Brito, do presidente do Instituto de Educação Profissional e Tecnológica (Ieptec/Dom Moacyr) e da secretária de Empreendedorismo e Turismo, Eliane Sinhasique.

"Sem dúvidas a Escola de Gastronomia é uma das escolas mais modernas do Brasil, o que nós queremos é torná-la referência no Brasil. O festival dará ainda mais visibilidade para as nossas ações", destacou o presidente do Ieptec, Francineudo Costa.

As atividades iniciaram na ultima desta sexta-feira, 27, com a realização de uma Live. O bate-papo ao vivo foi transmitido pelo Instagram @destinoacre e contou com as participações dos chefs embaixadores do festival, Thalita Figueiredo e Deocleciano Brito.

"Essa ação é um sonho realizado no Acre. Nós precisamos cada vez mais de iniciativas que valorizem a nossa cultura. A nossa gastronomia é uma marca registrada na nossa cultura, a comida é a assinatura de um povo", enfatizou a secretária Eliane Sinhasique.

Na abertura, a chef Leticia Mesquita ministrou uma palestra com o tema Fermentação Natural e seus Benefícios. Houve ainda uma Aula Show com o chef embaixador Jaire Cunha, cuja apresentação foi moqueca de pirarucu no tucupi com jambu. Durante a semana serão realizadas diferentes atividades: feira gastronômica, concurso, aulas-shows, fóruns com debates, palestras, mesa-redonda, dentre outras atividades.

A feira, intitulada "Vem, conheça o Acre", tem o propósito de identificar, resgatar, desenvolver e divulgar os produtos e serviços Gastronômicos, Turísticos, Culturais, Históricos e Acadêmicos, por meio de atividades que envolvem a valorização e a movimentação da econômica local, atraindo investidores e consumidores, não apenas da região, mas também nos âmbitos intermunicipais e interestaduais.

Governo intensifica ações para melhorar abastecimento de água no Panorama

O governo do Acre, por meio do Departamento Estadual de Água e Saneamento (Depasa), intensifica ações no sistema de distribuição para melhorar o abastecimento de água de Rio Branco. Nesta terça-feira, 31, nova intervenção foi direcionada ao bairro Panorama.

O trabalho de campo identificou a necessidade de mudanças no cronograma de distribuição. Em pontos mais altos, onde foi feita a escavação para identificar o que prejudicava o abastecimento, verificou-se que a água passa no nível do tubo mas não chega à casa do usuário. Os primeiros testes indicaram a necessidade de um abastecimento focado só para a região, visto que é uma área alta e distante dos reservatórios.

Ocupado desde o ano de 2005, o bairro conta com rede de água e outros serviços de infraestrutura, mas o abastecimento não tem sido suficiente para atender a necessidade dos moradores, uma população atualmente estimada em duas mil pessoas.

Segundo o diretor de Operações do Depasa, Alan Ferraz, a distância entre o reservatório e o ponto de distribuição é um dos fatores que dificulta o abastecimento de água do local. "Estamos a pelos menos quatro quilômetros do reservatório que faz o abastecimento do bairro, então a água está chegando com pouca pressão e acaba não chegando às residências", explicou.

Os moradores acompanham de perto o trabalho das equipes do Depasa. Segundo Francisco Gomes, a água chegava apenas na parte baixa, e para os moradores da parte mais alta não chegava. "Creio que hoje vai dar certo", afirmou, ao agradecer o compromisso do poder público em atender a solicitação da comunidade.

Controladoria Geral do Estado celebra 14 anos

Com o objetivo coordenar as atividades de controle interno do Poder Executivo estadual, dedicando-se pela qualidade da aplicação dos recursos públicos, a Controladoria Geral do Estado do Acre (CGE/AC) completa nesta terça-feira, 31, 14 anos de atuação.

Instituído pela lei complementar nº 171, no ano de 2007, o órgão é responsável por exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das instituições e entidades que compõe a administração pública estadual.

Nesta luta pela transparência e pelo compromisso com a gestão do dinheiro público, o governo Gladson Cameli fortaleceu o órgão central de controle interno, reestruturando suas instalações físicas, meios de logística e orçamento, entre outras medidas que garantam o papel de protagonismo da CGE em apoio às demais secretarias e unidades estaduais.

"Gostaria de agradecer o nosso governador, que nos últimos dois anos vem dando as condições necessárias para executarmos os nossos trabalhos, desde a reforma na nossa sede, que estava em estado precário. Também nos concedeu novos veículos e materiais administrativos, além de melhorias orçamentárias para elevar os atendimentos das demandas", destaca o controlador geral do Estado, Luis Almir Brandão.

Na consolidação desses avanços, a CGE atua sobre novas perspectivas, como o planejamento para a criação de uma Ouvidoria e Corregedoria, elaboração de concursos públicos para auditores e técnicos em auditorias para auxiliar nas medidas pertinentes à correção das irregularidades e falhas verificadas, comunicando ao órgão de origem para os procedimentos e sanções cabíveis.

Outro ponto em destaque da Controladoria está na colaboração técnica e profissional com outros órgãos públicos de controle, entre eles o Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público Estadual e a Delegacia de Combate à Corrupção e aos Crimes contra a Ordem Tributária e Financeira.

"Todos esses parceiros, entre tantos outros, contribuem de forma significativa com informações e dados, gerando maior integração e aperfeiçoamento das ações pertinentes na busca de aprimorar as atividades de controle, e consequentemente agregar valor à administração pública", relata Brandão.

A dedicação ao trabalho é uma característica comum entre os 42 servidores que exercem os seus ofícios na CGE. Entre eles, está o chefe do setor de Planejamento, Cicero Antônio Dias, um dos primeiros funcionários do órgão de controle.

"Tenho muito orgulho de trabalhar aqui, pois trata-se de uma instituição imprescindível para o Estado e a sociedade, em virtude de zelar pelo bem público. Ou seja, eu encaro este cotidiano como uma nobre missão, que é cuidar dos recursos para eles chegarem no destino certo, que é a população", disse.

Em Tarauacá, governo revitaliza Escola Djalma da Cunha Batista

O governo do Acre, por meio da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes (SEE), revitalizou a Escola de Ensino Médio Integral Dr. Djalma da Cunha Batista, localizada no centro de Tarauacá.

Durante visita ao interior no mês de junho, o governador Gladson Cameli e a secretária Socorro Neri anunciaram investimentos de mais de R$ 3 milhões para a Educação em Tarauacá.

Além dessa, mais três escolas foram contempladas com revitalização, e o total de recursos investidos nos serviços ultrapassa cem mil reais.

A rede estadual de ensino de Tarauacá foi contemplada, ainda, com sete ônibus escolares novos, um carro para o patrulhamento escolar, kits de cozinha, equipamentos de informática e a contratação de 58 professores dentro do programa Caminhos da Educação no Campo, com o intuito de fortalecer o ensino na zona rural.

"A Escola Djalma Batista, em nome de sua equipe gestora, funcionários, alunos, professores e comunidade escolar, vem agradecer ao governador Gladson Cameli, à secretária de Educação, Socorro Neri, e à coordenadora do Núcleo da SEE de Tarauacá, Janaina Furtado. Enfim, grato por pensarem na educação com carinho e amor", declarou o gestor Ivonaldo Benigno.

Desde 2018 a escola funciona em tempo integral, sendo a primeira instituição da região do Vale do Tarauacá-Envira a receber o novo sistema, que visa proporcionar aos alunos as condições necessárias para que planejem e desenvolvam o seu Projeto de Vida e se tornem protagonistas de sua formação

Educação prorroga prazo de inscrição para o Viver Ciência

A Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Acre (SEE), por meio do Departamento de Inovação, prorrogou o prazo de inscrições para a 7ª Mostra Viver Ciência. Inicialmente, as inscrições se encerrariam nesta terça-feira, 31 de agosto, mas foram prorrogadas até o dia 16 de outubro.

Assim como as inscrições, a data de realização da Mostra, a segunda realizada virtualmente, também foi modificada. Anteriormente, estava programada para o período de 10 de setembro a 29 de outubro. Agora, será realizada no mês de dezembro, entre os dias 1º e 29.

Inscrições prorrogaram até o dia 16 de outubro.

A partir dessas mudanças, as escolas também ganharam mais tempo para realizar as inscrições e montar as equipes que irão participar do evento. Nesse caso, as equipes serão formadas por seis alunos e dois professores, em duas modalidades: ensino fundamental – anos finais, e ensino médio.

"Foi necessária a alteração nos prazos de realização e prorrogação das inscrições da Mostra Viver Ciência Virtual 2021. Assim, ela será realizada em dezembro e as atividades serão desenvolvidas toda quarta-feira. Com isso, as escolas terão mais tempo, sobretudo agora com o retorno das aulas híbridas", afirmou a chefe do Departamento de Inovação, Raquele Nasserala.

Gás fica mais caro a partir de hoje nas distribuidoras em 7%

A partir de hoje, 1º de setembro, o preço do botijão de gás terá um novo reajuste de aproximadamente 7%. Sendo este o sétimo aumento registrado em 2021. Antes da pandemia, o gás custava em torno de R$ 75, porém hoje o valor varia entre R$ 95 a R$ 110.

Desde o início da pandemia, apenas por parte da Petrobras houve um aumento de 81% no valor do gás. Esse reajuste não foi repassado ao consumidor, mas, de acordo com o presidente do Sindigás, os revendedores não estão mais conseguindo segurar o aumento.

Ação social para idosos na Baixada da Sobral

Após a vacinação da população idosa e seguindo todas as medidas de proteção contra a covid-19, a Associação de Arte em Movimento do Idoso de Rio Branco (Amirb), em parceria com a Defensoria Pública do Estado do Acre (DPE/AC), Prefeitura de Rio Branco e Posto Hidalgo de Lima, realizaram na manhã desta terça-feira, 31, uma ação social para idosos da Baixada da Sobral.

Atendimento jurídico integral e gratuito da DPE/AC.

A DPE/AC, por meio da equipe do Núcleo da Cidadania e Setor de Humanização, levou atendimento jurídico integral e gratuito durante o evento, além de um momento de interação artística.

A aposentada Maria Francisca Nascimento, 72, destacou a importância da ação. "Estou muito contente hoje, sentia muita falta dessas ações durante esse período que passamos. Quero agradecer a todos os envolvidos na atividade com atendimentos voltados a nós, idosos, isso alegra meu coração. Passei por diversos problemas, entre eles um câncer, mas hoje estou aqui para celebrar a vida", contou a membro da Amirb.

A iniciativa, em alusão ao Dia dos Pais, contou também com atendimento médico voltado à saúde do idoso, testes rápidos e imunização contra a H1N1, cortes de cabelo e atendimento social.

O evento contou com o apoio e a participação do prefeito de Rio Branco, Tião Bocalom, da vice-prefeita, Marfisa Galvão, além de representantes da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH), do Centro de Referência em Assistência Social (Cras) da Sobral, da Polícia Militar do Acre (PMAC), da Central de Abastecimento do Acre (Ceasa), entre outros.

Gladson Cameli agradece senador Márcio Bittar por emendas para obras

Governador Gladson Cameli fez questão de agradecer ao senador

O governador Gladson Cameli recebeu na manhã desta terça-feira, 31, o senador Márcio Bittar para uma conversa em que agradeceu pelo trabalho conjunto na liberação de emendas para obras que chegam a todo o Acre.

O senador aproveitou para informar ao governador que irá realizar uma viagem por todos os municípios do estado, aproximando-se da população, ouvindo demandas e, principalmente, falando sobre as muitas obras grandes que estão sendo realizadas em parceria com o governo do Estado.

"O Acre tem orgulho de ter você lá no Senado Federal. Não nos decepcionou, pois a sua articulação e determinação o tornaram 'o cara' dos recursos aqui do nosso estado. De tantas obras que estamos fazendo, sem desmerecer os demais parlamentares e seus apoios, mas eu sou muito grato da grande maioria ao nosso senador, que é o Márcio Bittar", declarou Gladson Cameli.

Telemed OAB: advocacia terá acesso a serviço

Pensando em facilitar o acesso à saúde da advocacia acreana, foi lançado pela Caixa de Assistência dos Advogados do Acre (CAAAC), braço social da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Acre (OAB/AC), o mais novo benefício voltado à classe: o Telemed OAB, uma plataforma digital que abrange 22 especialidades de consulta online.

O serviço, que conta com diversas comodidades, entre elas, um ágil agendamento, acompanhamento do paciente, prontuário eletrônico integrado e receituário digital, foi construído através da parceria entre a CAAAC e a Coordenação Nacional das Caixas de Assistência dos Advogados (Concad), que buscaram os serviços da Conexa+, referência em telemedicina no Brasil.

"O Telemed foi pensado para que pudéssemos democratizar o acesso à saúde para a advocacia acreana. Sabemos que a realidade de grande parte da advocacia é não ter planos de saúde, então, buscamos uma plataforma que pudesse nos ofertar consultas médicas com preços acessíveis. Com esse serviço, podemos levar mais saúde para a advocacia do interior do estado, que carece de profissionais especialistas nessas regiões", explicou o presidente da CAAAC, Thiago Poersch.

A partir de agora advogados e advogadas terão acesso a teleconsultas a partir de R$ 40,00. Segundo Poersch, essa é uma maneira de agregar às ações de saúde já realizadas pela Caixa de Assistência, mas desta vez com um programa definitivo e contínuo. "Desde o início da gestão, realizamos inúmeros eventos de saúde junto à Comissão de Direito Médico e Defesa da Saúde da OAB Acre, como, por exemplo, o Outubro Rosa de 2020, que atendeu mais de 300 mulheres, e as testagens de Covid-19, com mais de 200 pessoas atendidas em todo o estado do Acre".

Para o presidente da Seccional, Erick Venâncio, esta é uma oportunidade da advocacia do Acre ter acesso à qualidade de vida e a serviços de prevenção, que evitem o adoecimento de profissionais da classe. "Gostaríamos que a advocacia fizesse bom uso desse benefício. Acreditamos que nesses tempos a preocupação com a saúde é extremamente importante, e é por isso que, com muita alegria, entregamos o Telemed OAB", disse o presidente da OAB/AC.

O benefício é válido para advogados e advogadas que estiverem regularmente inscritos na OAB e em dia com a anuidade, e pode ser utilizado através do link: https://bit.ly/3DofEwW, ou acessando o site da Ordem. oabac.org.br. Além da plataforma Telemed, a CAAAC também conta com o serviço de Telepsicologia, com a empresa Psicologia Viva, que oferece psicólogos de forma virtual e com preços acessíveis, pelo site https://www.psicologiaviva.com.br/caaac/. (Assessoria)

Salário mínimo deve ser de R$ 1.169; segundo orçamento do governo

Previsão de salário mínimo é R$ 22 mais alto que o valor de R$ 1.147 aprovado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A alta da inflação nos últimos meses fez o governo elevar a previsão para o salário mínimo no próximo ano. O projeto da lei orçamentária de 2022, enviado hoje (31) ao Congresso Nacional, prevê salário mínimo de R$ 1.169, R$ 22 mais alto que o valor de R$ 1.147 aprovado na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A Constituição determina a manutenção do poder de compra do salário mínimo. Tradicionalmente, a equipe econômica usa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do ano corrente para corrigir o salário mínimo do Orçamento seguinte.Com a alta de itens básicos, como alimentos, combustíveis e energia, a previsão para o INPC em 2021 saltou de 4,3% para 6,2%. O valor do salário mínimo pode ficar ainda maior, caso a inflação supere a previsão até o fim do ano.

O projeto do Orçamento teve poucas alterações em relação às estimativas de crescimento econômico para o próximo ano na comparação com os parâmetros da LDO. A projeção de crescimento do PIB passou de 2,5% para 2,51% em 2022. Já a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado como índice oficial de inflação, foi mantida em 3,5% para o próximo ano.

Outros parâmetros foram revisados. Por causa das altas recentes da Selic (juros básicos da economia), a proposta do Orçamento prevê que a taxa encerrará 2022 em 6,63% ao ano, contra projeção de 4,74% ao ano que constava na LDO.

A previsão para o dólar médio foi mantida em R$ 5,15.

Relator mantém estabilidade para servidores em reforma administrativa e exclui vínculo por experiência

Texto prevê demissão em caso de avaliação de desempenho insuficiente; relatório deve ser votado em comissão especial nos dias 14 e 15 de setembro

O relator da reforma administrativa, deputado Arthur Maia (DEM-BA), decidiu manter em seu parecer a estabilidade a todos os servidores públicos, mas com previsão de demissão de novos entrantes em caso de avaliação de desempenho insuficiente e que contará com a participação do usuário do serviço público.

O relatório foi protocolado na noite desta terça-feira (31). A expectativa é que seja lido em reunião da comissão especial realizada nesta quarta-feira (1º). Será concedida vista do parecer, que deve ser votado no colegiado nos dias 14 e 15 de setembro.

Depois disso, o texto ainda precisa passar pelo plenário da Câmara. Por ser uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição), deve receber o apoio de pelo menos 308 deputados em votação em dois turnos. Depois, segue para o Senado, onde precisa de ao menos 49 votos, também em dois turnos.

Segundo Maia, sua intenção foi preservar direitos adquiridos. "Nós estamos mantendo a estabilidade de todos os servidores públicos", afirmou. "Afinal de contas, o que é estabilidade? A estabilidade é você não poder demitir ninguém de maneira imotivada."

Ele fez um paralelo com os trabalhadores do setor privado, que podem ser demitidos a qualquer momento. "Nós escrevemos um relatório onde qualquer tipo de demissão estará submetida, antes de qualquer coisa, à avaliação de desempenho", ressaltou. "Portanto, só a avaliação de desempenho insuficiente poderá ensejar a demissão de um servidor. Embora se diga que essa avaliação não vale para aqueles que já estão no serviço público, é para os novos entrantes."

Ele disse que a PEC já traz elementos sobre a avaliação de desempenho, que será regulamentada em lei posterior. Em tese, ressaltou o relator, a legislação teria que ser de iniciativa do Executivo, mas a decisão foi de colocar a iniciativa nas mãos do Congresso.

Maia afirmou que uma das preocupações no debate sobre a avaliação de desempenho foi evitar que os servidores sofram perseguição política. O relator indicou que a avaliação ocorrerá em plataforma digital e contará com a participação do usuário do serviço público.

"Ele poderá entrar no site para dar a sua opinião sobre o serviço que está lhe sendo prestado, seja pela professora do seu filho, pelo atendimento que ele teve quando foi tirar uma carteira de habilitação", disse.

"A avaliação tem que haver. Se o professor da escola particular é avaliado, inclusive se ele é ideológico, o da escola pública será avaliado inclusive se ele é ideológico", complementou.

Maia retirou dois tipos de vínculos previstos na PEC original: o por prazo indeterminado e de experiência. "Houve uma resistência muito grande a esse vínculo de experiência. O sujeito era contratado e não sabia se ficava ou não. Tiramos o vínculo de experiência e mantivemos o que já existe hoje, que é o estágio probatório", afirmou.

No entanto, em vez de uma avaliação ao final de três anos, haverá seis avaliações semestrais para quem for aprovado em um concurso público. Só depois será conquistado direito à estabilidade.

De acordo com o parecer, benefícios como licença-prêmio, promoção por tempo de serviço e férias superiores a 30 dias serão extintos para os futuros servidores.

Maia manteve a possibilidade de contratos temporários, que já são utilizados por prefeituras. "Haverá uma seleção simplificada nas prefeituras por um prazo. Ao longo desse contrato, ele não pode ser demitido sem a avaliação de desempenho", disse.

Esse contrato, pelo prazo de dez anos, não será permitido para funções exclusivas de estado. "Ele vai estar submetido à avaliação de desempenho. Se não for satisfatório, poderá haver uma demissão", disse. Eles terão férias, 13º salário e adicional noturno, e poderão contribuir para a aposentadoria por regime geral da Previdência Social ou pelo regime próprio dos municípios.

Maia exemplificou como carreiras que "sem dúvida" são típicas de estado diplomatas, policiais e fiscais de tributos, e disse que outras ficam numa "zona cinzenta", como procuradores e outros de carreiras jurídicas, mas que foram incluídos como carreiras típicas também. Professores e médicos, no entanto, ficariam de fora.

O contrato temporário foi criticado pelo presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, deputado professor Israel Batista (PV-DF).

"Eu acredito que a manutenção da estabilidade para os atuais e para os futuros servidores é uma vitória importante. O fim do vínculo de experiência no texto também é importante para nós", disse. "Agora nos preocupa uma possibilidade de farra dos contratos temporários. Isso a gente não quer. Senão é uma falsa vitória, uma vitória de Pirro."

Ele demonstrou preocupação com o uso desse tipo de contratos com professores e médicos. Batista disse ainda que vai tentar regulamentar a avaliação de desempenho para que não seja persecutória. "Queremos uma que seja vinculada à gestão do serviço público."

A PEC da reforma administrativa passou pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara no fim de maio. O projeto original de reforma proibia progressões automáticas de carreira, como as gratificações por tempo de serviço, e criava mais restrições para acesso ao serviço público.

O texto também abria caminho para o fim da estabilidade em grande parte dos cargos, maior rigidez nas avaliações de desempenho e redução do número de carreiras. Havia proteção, contudo, para as chamadas carreiras de Estado, que ainda serão listadas.

O texto atualmente está na comissão especial, instalada em junho e na qual o mérito da proposta é analisado.

O governo enfrentou dificuldade logo na primeira sessão do grupo que vai analisar o projeto. O colegiado foi instalado com sete das 34 vagas de titulares vagas. Delas, quatro são de partidos da base: uma do PSD, uma do PSL e duas do Republicanos.

Além disso, membros de partidos aliados a Bolsonaro são ligados a corporações do funcionalismo público, como o líder da bancada da segurança pública, deputado Capitão Augusto (PL-SP).

Em 22 de fevereiro, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), estimou que a reforma administrativa seria votada no plenário da Casa antes do fim do primeiro trimestre. No dia 10 de maio, afirmou que sua intenção era enviar o texto para o Senado até julho. Agora, quer votar até novembro.

Alvo da CPI transferiu R$ 1,9 mi a empresa de mãe de aliado de Barros

A FIB Bank, alvo da CPI da Covid no Senado por ter dado uma garantia irregular no negócio bilionário da vacina Covaxin, fez transferências de R$ 1,91 milhão a uma empresa colocada no nome da mãe do empresário Marcos Tolentino da Silva.

Tolentino é apontado como sócio oculto da FIB Bank, como a Folha revelou em reportagem publicada em 23 de julho. As transações com uma empresa em nome da mãe reforçam os indícios de sociedade oculta.

O empresário, amigo próximo do deputado Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo Bolsonaro na Câmara, foi convocado para depor na CPI. Sua oitiva está marcada para a manhã desta quarta-feira (1º).

Tolentino e Barros, investigado pela CPI, estiveram em julho no Palácio do Planalto com o presidente Jair Bolsonaro. Em janeiro, o deputado intermediou para o empresário uma agenda no Ministério das Comunicações. Os dois compareceram juntos à reunião.

Um RIF (relatório de inteligência financeira), elaborado pelo Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) e em poder da CPI, registra movimentações tidas como atípicas entre a empresa de garantias fidejussórias e a Brasil Space Air Log Conservação Aérea.

A Brasil Space tem capital de R$ 50 mil e está no nome de Valdete Vieira Tolentino. Ela é mãe de Marcos Tolentino.

Entre julho de 2019 e outubro de 2020, a FIB Bank transferiu R$ 1,22 milhão à Brasil Space. Depois, entre outubro de 2020 e maio de 2021, foram mais R$ 691,1 mil. O total movimentado foi de R$ 1,91 milhão.

No mesmo período, também houve o caminho inverso: a empresa da mãe de Tolentino fez transferências à FIB Bank no valor de R$ 1,3 milhão.

Segundo o relatório do Coaf, a empresa de garantias teve recebimentos expressivos "sem causa aparente", fez movimentações incompatíveis com o faturamento e há indícios de "burla de bloqueio judicial" referente à Brasil Space.

O RIF registra ainda que os sócios da FIB Bank não dão detalhes às instituições bancárias sobre a real atividade exercida e evitam receber visitas de representantes de bancos e fornecer documentos cobrados. Por isso, a empresa não tem "respaldo cadastral", conforme o documento do Coaf.

Esses mesmos sócios afirmaram que a empresa atua com consultoria em gestão de recursos, o que contraria a área de atuação da FIB Bank na área de garantias.

Antes de ser Brasil Space Air Log, uma empresa com atuação formal em "atividades auxiliares dos transportes aéreos", o empreendimento era um comércio de ferramentas, ferragens, tintas e materiais de construção, com capital de R$ 10 mil.

A alteração ocorreu em 2010, com entrada de um novo sócio: Valter Tolentino da Silva, pai de Marcos Tolentino. Valdete, a mãe, ingressou em 2014, conforme os registros públicos da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

O pai foi retirado da sociedade em 2017, e o próprio Marcos Tolentino virou sócio da Brasil Space, em 2018. Ele deixou o empreendimento em 8 de junho de 2020, remanescendo apenas a mãe.

A Folha, por email, Tolentino afirmou que as transações entre FIB Bank e Brasil Space se referem a um "contrato de mútuo" entre as duas empresas. "O valor foi pago parcialmente, no valor de R$ 1,3 milhão, tendo o saldo ainda pendente de pagamento por parte da empresa Brasil Space Air Log."

A reportagem questionou o empresário se o dinheiro transferido se destina a ele, à sua mãe ou à empresa.

"A informação aqui solicitada é fruto de um relatório emitido pelo Coaf, conseguido através da quebra do sigilo bancário da FIB Bank Garantias, salientando, porém, que tal quebra de sigilo é restrita e unicamente em relação à CPI e não é de domínio ou de interesse público", respondeu Tolentino por escrito.

A FIB Bank foi a responsável por fornecer a garantia do contrato de R$ 1,6 bilhão para o fornecimento da vacina indiana Covaxin. A "carta de fiança" foi providenciada pela Precisa Medicamentos, intermediária do negócio no Ministério da Saúde.

A garantia cobriria 5% do valor do contrato, R$ 80,7 milhões, conforme exigência contratual. O documento, porém, é irregular. Trata-se de uma garantia pessoal, e não uma fiança bancária, um seguro-garantia ou caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, o que contraria o próprio contrato e a legislação vigente.

Além disso, a "carta de fiança" foi apresentada dez dias depois do prazo contratual. Mesmo assim, a garantia foi aceita pelo Ministério da Saúde e inserida no sistema oficial de pagamentos do governo federal. Uma reportagem da Folha publicada em 14 de julho revelou as irregularidades na garantia.

Após a revelação de fraudes e irregularidades no contrato e de suspeitas de corrupção, o governo Bolsonaro rescindiu o contrato para compra de 20 milhões de doses da Covaxin. Todo o dinheiro, R$ 1,6 bilhão, ficou parado e reservado -sem possibilidade de qualquer outro uso, como a aquisição de outros imunizantes- desde 22 de fevereiro.

São diversos os indícios de que Tolentino é sócio oculto da FIB Bank. Ações de cobrança na Justiça em São Paulo fazem esse apontamento.

O endereço da Rede Brasil de Televisão, emissora de Tolentino, é o mesmo de uma das duas empresas acionistas da FIB Bank, a Pico do Juazeiro Participações.

Governo cria nova bandeira tarifária, e conta de luz vai aumentar 6,78%

Bandeira 'Escassez Hídrica' custará R$ 14,20 a cada 100 kWh e vai vigorar até abril de 2022

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) anunciou nesta terça-feira (31) a criação de uma nova bandeira tarifária para fazer frente ao aumento dos custos decorrente do agravamento da crise hídrica. Chamada de "Escassez Hídrica", a nova bandeira custará R$ 14,20 a cada 100 kWh (quilowatt-hora) e vigora a partir desta quarta-feira (1º) até abril de 2022.

Segundo a agência, a nova bandeira vai gerar uma alta de 6,78% na conta de luz. Cidadãos de baixa renda beneficiados pela tarifa social não serão afetados pelas novas regras da Bandeira Tarifária, sendo mantido o valor atual. Em Roraima, continua vigorando a bandeira 2 vermelha, com o valor de R$ 9,49 a cada 100 kWh.

A nova bandeira causará um impacto na inflação. Segundo o economista André Braz, da FGV, esse aumento será de 0,31 ponto percentual. Isso eleva a projeção do IPCA de setembro de 0,6% para 0,9%. A energia já é o item que mais pesa na inflação.

Com a maior crise hídrica dos últimos 91 anos, as hidrelétricas perderam espaço na oferta, enquanto o governo se viu obrigado a acionar térmicas —fonte mais cara, cujo custo é repassado ao consumidor.

As bandeiras —verde, amarela e vermelha— constam da conta de luz e servem para indicar a necessidade de se reduzir o consumo. Caso contrário, o cliente paga mais.

O novo valor se deve aos custos de importação de energia e acionamento de usinas termelétricas, que já produzem a mais de R$ 2.000 o MWh (megawatt-hora). No período de setembro a novembro, o total desses custos será de R$ 13,2 bilhões, valores que precisam ser repassados para a tarifa.

Com a nova bandeira, o governo evitou reajustar em cerca de 50% a bandeira vermelha nível 2, que passaria de R$ 9,49 para cerca de R$ 14 durante esse período. Sem o reajuste, Jair Bolsonaro evita desgaste em sua popularidade.

O reajuste era dado como certo diante de um déficit que saltou de R$ 3 bilhões, em junho, quando ocorreu o último reajuste, para R$ 5,2 bilhões. Naquele momento, a Aneel decidiu não repassar todo o aumento de custos de geração para a bandeira tarifária e ainda analisa o resultado de uma consulta pública para saber se o consumidor prefere que esse reajuste residual seja feito neste ou no próximo ano.

Assessores do Palácio do Planalto avaliam que reajustes de preços, como o dos combustíveis, ou a adoção de um racionamento no momento prejudicariam ainda mais o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) em sua campanha pela reeleição. O presidente vê sua popularidade despencar diante de medidas contra a pandemia e da degradação do cenário econômico e determinou a seus ministros que não dessem "notícias ruins".

Por isso, o Ministério de Minas e Energia evita a criação de um programa de racionamento, algo compulsório. Na semana passada, Bento Albuquerque anunciou um plano de descontos na conta de luz aos consumidores do ambiente regulado (residencial e empresarial) que, voluntariamente, economizassem energia em horários de pico.

Consumidores que usufruem da tarifa social poderão aderir a esse programa.

Nesta terça-feira, o ministro apresentou os detalhes. O Programa de Incentivo à Redução Voluntária do consumo de energia elétrica vai vigorar de setembro de 2021 até o final deste ano e concederá um bônus de R$ 50 a cada 100 kWh reduzidos. A economia, no entanto, ficará restrita a uma faixa que varia entre 10% e 20%.

A referência para o cálculo da economia será o período entre setembro e dezembro de 2020. Um exemplo: uma família que consumiu 120 kWh em setembro de 2020; 130 kWh em outubro; 110 kWh em novembro; e 140 kWh em dezembro de 2020, terá como base mensal média kWh 125.

Se essa família passar a consumir 105 kWh em setembro de 2021; 110 kWh em outubro; 100 kWh em novembro; e 110 kWh em dezembro de 2021, terá consumido, em média, 116,25 kWh durante o programa —o que representa uma economia de 15% em relação à média do ano passado.

Ao final do programa, terá direito a um crédito de R$ 37,50 a ser pago na conta de janeiro de 2022.

Somente terá direito ao bônus aqueles que estiverem entre 10% e 20% de economia média nesse período. Quem estiver abaixo não recebe o prêmio e quem ultrapassar será remunerado pelo teto.

Para o ex-diretor do ONS (Operador Nacional do Sistema) Luiz Eduardo Barata, "redução voluntária de consumidor residencial não existe". Para ele, ou se "faz algo compulsório ou a economia vai ser pífia."

Na prática, como no ambiente regulado os ganhos e perdas são rateados por todos os consumidores, ao final, mesmo aqueles que não fizerem economia pelo programa serão beneficiados.

Diante do agravamento da crise —e dos custos—, o governo ficou encurralado e precisou adotar medidas destinadas à redução de consumo nos horários de pico, quando há mais riscos de apagão devido à sobrecarga.

Esse plano começou com os grandes consumidores (indústrias intensivas no consumo de energia). O programa de deslocamento de consumo entrou em funcionamento nesta terç e prevê o recebimento pelas empresas de suas ofertas de economia.

Pelas regras, cada empresa envia ao ONS sua proposta mensal deslocando seu consumo entre 4h e 7h fora do horário de pico. A União compensa financeiramente essas empresas por isso.

O ONS escolherá as melhores propostas, justamente aquelas que sejam mais vantajosas em relação ao acionamento de uma usina termelétrica, que gera um MWh por mais de R$ 2.000.

Apesar de todos os esforços, o governo está refém da adversidade hídrica. O país enfrenta a pior seca dos últimos 91 anos e projeções do ONS indicam que, sem uma oferta adicional de até 16,5 GW médios até o final de novembro, as usinas das principais bacias ficarão muito abaixo do nível mínimo histórico, correndo severos riscos de restrição operacional.

Questionado se há risco de racionamento de energia até o fim do ano, Bento Albuquerque afastou essa possibilidade.

"Todos os cenários que nós possuímos e os modelos computacionais que nós utilizamos indicam que nós temos a oferta suficiente para a demanda do sistema", disse o ministro.

Segundo ele, as medidas adotadas estão melhorando as condições do setor. "Estamos em condições melhores que estávamos no início do mês de agosto, mas ainda não leva a uma situação de conforto", afirmou.

MEDIDAS ANUNCIADAS PELO GOVERNO:

1) Criação de uma nova bandeira tarifária

Bandeira "escassez hídrica" custará R$ 14,20 a cada 100 kWh (quilowatt-hora)

Custo é mais alto que a bandeira vermelha nível 2 (R$ 9,49 para cada 100 kWh)

Com isso, conta de luz vai subir 6,78%

Nova bandeira fica em vigor de setembro de 2021 a abril de 2022

Custo adicional visa cobrir despesa mais elevada na geração de energia

2) Programa de Incentivo à Redução Voluntária do consumo de energia

Bônus de R$ 50 a cada 100 kWh reduzidos

Desconto ficará restrito à redução de consumo numa faixa que varia entre 10% e 20%

Redução do consumo será comparada com o mesmo período do ano passado

Programa fica em vigor de setembro a dezembro de 2021

Justiça do Rio quebra sigilo de Carlos Bolsonaro em investigação sobre 'rachadinha'

A Justiça do Rio de Janeiro autorizou a quebra dos sigilos bancário e fiscal do vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ) em meio à investigação de desvio de recursos públicos em seu gabinete na Câmara Municipal do Rio.

O pedido do Ministério Público, revelado pela Globonews e confirmado pela Folha, mirou o filho de Jair Bolsonaro bem como outras 26 pessoas, incluindo a ex-mulher do presidente, a advogada Ana Cristina Siqueira Valle, que também teve seus sigilos quebrados.

A suspeita contra Carlos é a prática de "rachadinha", num esquema semelhante ao atribuído ao irmão, o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ). Nele, os funcionários são obrigados a devolver parte do salário para o parlamentar.

Ana Cristina é suspeita de ser operadora do esquema no gabinete de Carlos. Ela teve sete parentes empregados na Câmara, uma delas Andrea Siqueira Valle, que também é investigada no caso de Flávio. A ex-mulher do presidente teve dez familiares empregados no antigo gabinete do senador na Assembleia Legislativa.

Em nota, a defesa do vereador afirmou que ele "permanece à disposição para prestar qualquer tipo de esclarecimento".

A investigação foi aberta depois de notícias sobre funcionários lotados no gabinete de Carlos que aparentemente não prestavam serviço para o vereador. A Folha revelou dois desses casos, em 2019.

Em abril, a reportagem descobriu que Carlos empregou até janeiro uma idosa que mora em Magé, município a 50 km do centro do Rio. Nadir Barbosa Goes, 70, negou à Folha que tenha trabalhado para o vereador. Ela recebia, como oficial de gabinete, uma remuneração de R$ 4.271 mensais.

Nadir é irmã do militar Edir Barbosa Goes, 71, atual assessor do filho do presidente. A mulher dele, Neula de Carvalho Goes, 66, também foi exonerada pelo vereador.

A reportagem encontrou o militar em sua residência, vestindo uma bermuda e camisa do Brasil, às 13h de uma segunda-feira. Irritado, o funcionário da Câmara se negou a responder às perguntas e disse que caberia ao gabinete prestar esclarecimentos.

"Eu não sou obrigado a trabalhar todos os dias lá. Não tem espaço físico", afirmou. A reportagem quis saber qual função o militar desempenha. "Não importa", respondeu.

Edir também afirmou que a intenção da Folha, ali, seria a mesma de reportagem que revelou que Walderice Conceição, vendedora de açaí em Mambucaba, na costa verde do Rio, era assessora fantasma do então deputado federal Jair Bolsonaro.

A reportagem o chefe de gabinete de Carlos Bolsonaro, Jorge Luiz Fernandes, disse que esses funcionários entregavam mala direta para a base eleitoral do vereador em Campo Grande, na zona oeste do Rio, e anotavam as reivindicações dos eleitores, principalmente de militares.

Para trabalhar diariamente na entrega de correspondências, Nadir teria de percorrer uma distância diária de mais de 130 km.

Outra funcionária suspeita de ser fantasma revelada pela Folha é Cileide Barbosa Mendes, 43, espécie de faz-tudo da família Bolsonaro. Enquanto esteve lotada no gabinete de Carlos, ela apareceu como responsável pela abertura de três empresas nas quais utilizou como endereço o escritório do hoje presidente Jair Bolsonaro.

Na prática, porém, ela era apenas laranja de um tenente-coronel do Exército —ex-marido da segunda mulher de Bolsonaro— que não podia mantê-la registrada no nome dele como militar da ativa.

Após ter sido babá de um filho de Ana Cristina Valle (que foi companheira de Bolsonaro e é mãe também de Renan, filho dele), Cileide foi nomeada em janeiro de 2001 no gabinete de Carlos, que era vereador recém-eleito. Novato na política, Carlos tinha 18 anos na época.

Vereadores arquivam processo de impeachment do prefeito Tião Bocalom

Cezar Negreiros

Prefeito Tião Bocalom comemorou decisão da Câmara na praça com apoiadores

A ampla maioria dos vereadores rejeitou o pedido de impeachment do prefeito da Capital, Tião Bocalom (Progressistas), na sessão de ontem na Câmara Municipal. Catorze vereadores votaram contrários à instauração do processo investigatório contra o prefeito e só dois foram favoráveis a apuração do crime de quebra de decoro.

A vice-presidente da mesa diretora da Casa, vereadora Michelle Melo (PDT) e o vereador emedebista, Emerson Jarude (MDB), foram os votos pela aceitação da denúncia. Pesava contra o prefeito, a acusação de ter cometido infrações político-administrativas, quando teria se omitido de apurar as acusações de assédio sexual contra o seu secretário municipal de Saúde (Semsa), Frank Lima.

Ao exonerar a corregedora-geral da Procuradoria Geral do Município (PGM), Janice Lima que não concordou de abrir mão do processo investigatório para apurar a conduta do gestor municipal, o prefeito, segundo a denúncia formulada pela advogada Joana D'Arc Valente, não teria procedido de modo compatível com o cargo que exerce no Executivo Municipal, que configura por falta de decoro.

Votaram a contra admissibilidade da denúncia os vereadores: Raimundo Castro e Ismael Machado, ambos do PSDB, Antônio Morais, Raimundo Nené e Adailton Cruz, ambos do PSB, Arnaldo Barros (Podemos), Hildegard Pascoal (PSL), Samir Bestene e Rutênio Sá, ambos do Progressistas, Lene Petecão (PSD), Francisco Piaba (DEM), Fábio Araújo e Joaquim Florêncio, ambos do PDT e Célio Gadelha (MDB).

O promotor de Justiça Daisson Gomes Teles, da 2ª Promotoria Especializada de Defesa do Patrimônio Público e Fiscalização das Fundações e Entidades de Interesse Social, emitiu uma recomendação ao prefeito da capital que providenciasse o afastamento temporário do secretário municipal de Saúde, Frank Lima, e de dois servidores públicos do Município.

"É uma situação gravíssima que exige pronta atuação do MPAC, com investigação profunda e eficiente, sobretudo porque foi supostamente praticada por uma alta autoridade municipal", destaca no seu despacho.

Observando que a medida cautelar é para verificar se a conduta do gestor municipal está dentro dos parâmetros da moralidade administrativa ou se afrontou os demais princípios constitucionais. "E uma vez verificado sua ocorrência, implicará na eventual responsabilização de seus autores na seara criminal, além da prática de ato de improbidade administrativa", destacou o promotor de Justiça.

Aponta que foram verificados fortes indícios de que o secretário e mais dois servidores públicos municipais do Setor de Recursos Humanos estariam atuando para prejudicar os trabalhos da comissão processante, responsável pelo procedimento administrativo disciplinar que apura a possível existência de atos de improbidade administrativa contra o gestor, consistentes no assédio moral/sexual praticado contra servidoras da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Branco.

MPE pede afastamento de secretário

Diante do exposto, promotor de justiça sugere o afastamento do secretário municipal de Saúde e dos dois servidores pelo prazo de 60 dias, renováveis por mais 60, ou até que a comissão processante conclua o procedimento administrativo disciplinar, sob pena de corresponsabilidade nas esferas civil e criminal. Estipula um prazo de três dias para que o prefeito Tião Bocalom informe à 2ª Promotoria Especializada de Defesa do Patrimônio Público sobre as providências tomadas com base na recomendação do MPAC. O documento assinala ainda que o seu não atendimento deixará evidenciado o propósito deliberado de desrespeitar normais legais e que a omissão na adoção das medidas recomendadas poderá ensejar o manejo de todas as medidas administrativas e ações judiciais cabíveis, em sua máxima extensão, inclusive, responsabilização pessoal do prefeito progressista.

Estiagem começa a castigar moradores da zona rural da Capital

Prefeitura decreta emergência hídrica em Rio Branco

Da Redação

O prefeito Tião Bocalom decretou ontem estado de emergência hídrica em Rio Branco, especialmente como forma de dar suporte aos produtores e moradores da zona rural, que acumulam prejuízos na agricultura, piscicultura e pecuária em função da falta de água. O decreto terá validade de 90 dias.

A população urbana também é afetada pela queda da qualidade do ar, pela baixa umidade, o que é agravado pela fumaça das queimadas que invade a cidade.

A chuva deu um ligeiro alívio ao Rio Acre, que atingiu ontem 1,47 metros, depois de chegar a 1,33 m no final de semana, mas a situação é provisória e o nível deve voltar a cair em setembro.

O decreto de emergência também se justifica pela preocupação com a estiagem e o desabastecimento de água potável em comunidades rurais do município, potencializando danos e prejuízos à saúde humana, aos animais e a agricultura, segundo o decreto. Com isso, 14 comunidades rurais devem receber ações especiais e abastecimento de carros pipa nas caixas d'água, segundo a Defesa Civil. Também bairros da capital vão ser abastecidos diretamente com carros-pipa. O Depasa instalou bomba de captação com maior potência na ETA II.

Seca reflete na queda da produção da bacia leiteira no Estado

Cezar Negreiros

A seca que castiga a região já reflete na falta do leite pasteurizado de cada dia nas padarias e mercearias espalhados pelos bairros de Rio Branco. Os consumidores não encontram mais o queijo mussarela, minas frescal e queijo coalho nas prateleiras das redes de supermercados dos laticínios locais. "Tivemos de reduzir a produção em 50% por falta de leite natura", lamentou o empresário Marcelo Nobre, proprietário do laticínio Buriti.

A empresa recebe apenas sete mil litros de leite por dia. Nos primeiros meses deste ano chegava a comprar em torno de 15 mil litros. Por falta da matéria-prima teve de reduzir em três dias, o prazo para produção de leite pasteurizado destinado os clientes que trabalham com a linha do laticínio Buriti.

Como o mercado leva em conta a lei da oferta e da procura, o litro de leite natura chega a custar R$ 1.035 no curral. Para manter o seu estabelecimento com as portas abertas, precisa comprar o produto dos criadores de gado leiteiro nos municípios de Plácido de Castro, Senador Guiomard, Capixaba e Porto Acre. "Mantemos um resfriador nas proximidades do trevo de Senador Guiomard que nos permite um dia sim, outro não passar com o caminhão", comentou o gerente da empresa.

A produção leiteira no Estado chega em torno 43.309 mil litros de leite, para um rebanho estimado em torno de 56.620 vacas de ordenha. A produção de leite por vaca/ano chega a casa dos 765 litros, porém, a produção média por vaca beira a casa dos 3,3 litros por dia.

Produção - Em 2019, a produção acreana de leite alcançou 42 mil litros, com um declínio de 1,3% em relação a 2018. Apesar de Acrelândia despontar como o município com a maior produção de leite natura, pois responde por 11,0% da quantidade total – registrou uma redução de 6,0% em relação a 2018. O efetivo de vacas ordenhadas, em 2019, alcançou 56,6 mil de animais, 0,8% maior em relação ao ano anterior.

Os três maiores destaques municipais nesse segmento dois apresentaram acréscimos em seus plantéis, com exceção de Plácido de Castro (-2,4%), Feijó (7,8%) e Senador Guiomard (5,0%), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Plácido de Castro continuou com o maior rebanho leiteiro do Estado, com a marca de 5.074 cabeças, o equivalente a 9,0% do total estadual, enquanto Feijó seguiu em segundo lugar, com 5.034 vacas leiteiras e Senador Guiomard na terceira posição, com 4.810 animais.